

Benzeno: uma grave ameaça à saúde dos trabalhadores

Dada a importância que tem assumido a intoxicação pelo benzeno (benzolismo) entre trabalhadores dos setores metalúrgico, siderúrgico, químico, petroquímico e outros, *Trabalho e Saúde* publica neste número uma matéria especial sobre o assunto, analisando as principais denúncias e lutas ocorridas no Brasil, este ano. A comprovação de mais de 580 casos de leucopenia, causados pelo benzeno em vários estados do país, sem dúvida exige pronto e imediato posicionamento do movimento sindical. Pelo menos porque prova, definitivamente, que existe um *real e sistemático* sub-registro



INFORME BENZENO/BRASIL

das doenças causadas pelo trabalho nas estatísticas oficiais. Não pode ser outra a conclusão a se chegar, quando o reconhecimento de apenas *uma doença*, denunciada pelo movimento sindical, é capaz de fazer variar, em um só ano (1985), o número oficial de doenças do trabalho no Brasil, em 17,8%.

Ao descaso para com a saúde dos trabalhadores, deve continuar a se opor o movimento sindical, exigindo que o Estado assumira, com seriedade, seu papel de órgão normatizador e fiscalizador das condições de trabalho nas empresas brasileiras.

○ benzeno e as doenças que causa

O benzeno é uma substância química largamente usada na indústria. Enquanto solvente, é utilizado na indústria de borracha, na fabricação de tintas, óleos, colas, plásticos, na extração e remoção de produtos gordurosos de ossos, peles, couros e na limpeza de peças metálicas. Enquanto matéria-prima, é usado na produção do nitrobenzeno, fenol, clorobenzeno, estireno, perfumes, explosivos, corantes, inseticidas (BHC), detergentes e muitos outros produtos. E pelo fato de ser bastante volátil (por isto de secagem rápida) o benzeno também é aproveitado na indústria gráfica na impressão de fotogravura, pinturas à spray e limpeza a seco.

Utilizado em toda esta gama de atividades, o benzeno apresenta uma outra face, que começa a se tornar conhecida dos trabalhadores: a exposição constante à ele tem *ação tóxica com-*

provada sobre a medula óssea, onde são produzidas as células do sangue, causando uma série de doenças de grande gravidade.

A exposição prolongada - meses e anos - ao benzeno pode provocar:

- diminuição do número de plaquetas do sangue (plaquetopenia), causando problemas de sangramentos.

- diminuição do número de glóbulos brancos ou leucócitos do sangue (leucopenia), o que diminui a resistência do corpo às infecções.

- diminuição do número de glóbulos vermelhos ou hemácias do sangue (anemia), o que afeta a oxigenação das células do corpo.

Assim, a pessoa intoxicada pelo benzeno durante um período longo de tempo, vai apresentando uma série de sintomas, como cansaço, dor de cabeça, irritação, perda de apetite e outros, que no mais das vezes acabam se confundindo com sintomas de outras doenças. Porém, nas fases mais adianta-

das, outros sintomas costumam aparecer: sangramento da pele, da gengiva, do nariz, do útero, e assim por diante. Nesta fase, a intoxicação já é muito grave e pode levar até à morte.

Além disso, mesmo que as alterações sanguíneas (leucopenia, plaquetopenia e anemia) não cheguem a causar a morte, a exposição ao benzeno pode também provocar a *leucemia* (uma espécie de câncer do sangue) e causar alterações genéticas que comprometem a saúde dos futuros filhos.

A forma que se tem hoje para diagnosticar os efeitos tóxicos do benzeno é através do exame de sangue (hemograma), comparando o seu resultado com o de exames realizados antes que acontecesse a exposição, de forma a se saber qual o número normal de células que o indivíduo deveria ter no sangue e se estas diminuíram ou não.

A dificuldade de se identificar as doenças causadas pelo benzeno tem levado os órgãos que cuidam da Higi-

ne e Segurança do Trabalho a diminuir o seu limite de tolerância (LT). Porém, tecnicamente e do ponto de vista dos trabalhadores, esta medida é inaceitável: sendo o benzeno uma substância *comprovadamente cancerígena*, não adianta se estabelecer limites para sua presença nos ambientes de trabalho; deve-se sim, exigir que esta seja substituída por outra substância, não tóxica nem cancerígena, proibindo-se completamente qualquer exposição de trabalhadores a ela, como prejudicial e perigosa à saúde.

Cosipa: da campanha do "Acidente Zero" às primeiras denúncias de leucopenia

Ao longo da década de 70, a Cosipa havia se tornado famosa mundialmente por três motivos: ter entrado na lista das maiores siderúrgicas do mundo; poluir incansavelmente Cubatão com óxido de ferro (a conhecida "fumaça vermelha") e por manter altíssimos índices de acidentes do trabalho. Em 1976, treze acidentes fatais aconteceram nas dependências da Siderúrgica; em 1977, o índice de acidentes, entre leves e graves, chegou a 400 por mês. Neste ano, pressionada pela opinião pública, a Cosipa lançou a campanha do "Acidente Zero".



INFORME BENZENO/BRASIL

Três anos depois, em 1980, a Siderúrgica bateria o recorde mensal de produção de aço - 268 mil toneladas - e divulgaria um número muito reduzido de acidentes - somente 37. Este número continuou caindo, seguindo a empresa, até atingir o menor valor de sua história - 10 acidentes em 1983. Exatamente neste ano, em dezembro, surgiram as primeiras denúncias do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e Cubatão, sobre a ocorrência de leucopenia na coqueria da Cosipa. Mas foi somente em fevereiro de 1984 que o assunto explodiu na imprensa.

Naquele mês, um relatório do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e Cubatão apresentou o balanço de dois anos de atividade do ambulatório de saúde ocupacional. Este balanço informava que o ambulatório havia identificado, até aquela data, 418 doenças relacionadas com as condições de trabalho na Cosipa e denunciava a forma de organização do trabalho adotada pela empresa desde 1981, a qual havia permitido que esta quadruplicasse a

produção, em apenas três anos, às custas da deterioração das condições de trabalho. Comentando a campanha do "Acidente Zero", o Sindicato denunciava que esta visava apenas jogar a culpa dos acidentes nos próprios trabalhadores, fazendo com que estes diminuíssem sem, no entanto, melhorar o ambiente de trabalho. Prova disso, segundo o Sindicato, é que o ambulatório de saúde ocupacional já havia identificado 29 casos de leucopenia na coqueria, sendo que 12 destes já eram do conhecimento da direção da empresa, a qual havia afastado somente 2 trabalhadores da área de exposição.

A denúncia do Sindicato, aliada ao escândalo causado por sua repercussão na imprensa, acabou por forçar a realização de uma vitória na Cosipa, por técnicos da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT). O resultado desta vitória foi espantoso: "descobriu-se" vazamentos e emanações de benzeno em quase todas as instalações da coqueria e a existência de equipamentos há muito sem manutenção, reparados até com resina de durepox. Quanto às condições de trabalho, afirmou o laudo: "eles executam suas tarefas com grande esforço físico, expostos à inalação de vapores e gases tóxicos, sujeitos às intempéries, com períodos prolongados de trabalho, utilizando equipamentos de proteção individual, cuja proteção conferida é apenas parcial...". A conclusão dos técnicos da SRT foi de que a forma de se eliminar o perigo de contaminação pelo benzeno seria o *total enclausuramento dos equipamentos*.

A denúncia feita pelo sindicato, de que a Cosipa sabia da existência de trabalhadores com leucopenia na coqueria e que mesmo assim os mantinha na zona de risco, foi inteiramente confirmada pela fiscalização.

A direção da Cosipa, comentando o laudo, disse que até aquele momento não havia "ocorrido nenhum caso de morte em decorrência de doença ocupacional" e que as obras de modernização dos equipamentos já estavam em andamento. Contestada esta versão pelo Sindicato, o presidente da Cosipa entregou à SRT, em junho, um plano de modificações dos equipamentos da empresa, que deveria começar a ser implantado ainda naquele ano, com término previsto para outubro de 85. Segundo ele, a Cosipa teria "condições de detectar qualquer vazamento na usina de subprodutos e corrigir o problema imediatamente...". O desmentido foi mais veemente que a mentira!

Um mês depois, uma explosão abalaria o sistema de tratamento de gases da coqueria.

Até o final de 1984, o Sindicato já havia identificado 65 casos de leucopenia da Cosipa. No dia 6 de dezembro, ocorreria a primeira morte: o operário Higinio Antônio dos Santos, intoxicado pelo benzeno ao longo de anos, cujo falecimento só foi divulgado oficialmente 4 dias após ser enterrado.

Cresce o número de leucopênicos e a Cosipa reconhece o problema

No início de 1985, o Sindicato dos Metalúrgicos, sentindo a necessidade de organizar os trabalhadores afastados com leucopenia, apoiou a criação de uma Comissão de Saúde, formada por estes trabalhadores. A primeira tarefa desta Comissão foi elaborar um plano de informações à comunidade sobre os problemas enfrentados pelos leucopênicos. "A população precisa saber que a Cosipa está matando a gente", era a declaração dos membros da Comissão.



Cidade de Santos

Até abril, o número de trabalhadores afastados da Cosipa, com leucopenia comprovada, já havia se elevado à 200, com 500 outros casos mantidos sob suspeita. Isto colocou mais um problema para a categoria: o INPS não reconhecia a leucopenia como doença do trabalho (só veio a reconhecer em junho) e, portanto, os trabalhadores afastados não faziam jus ao auxílio no valor integral dos salários. Só depois de muita mobilização, inclusive com passeatas em Santos e manifestações na frente do prédio da administração da Cosipa, é que foi conquistado o que pode ser chamado como a *primeira vitória da luta dos leucopênicos*: a complementação, pela FEMCO (Fundação de Previdência Complementar, mantida pela Cosipa), dos salários dos trabalhadores afastados. Esta vitória começou a abrir caminho para o reconhecimento, pela Cosipa, de sua responsabilidade pelas intoxicações.

Um ano depois da entrega à SRT, pela Cosipa, do plano de reformas da coqueria, estas ainda não haviam começado. Os vazamentos, no entanto, continuaram e atingiram, em junho, índices recordes, superando o limite legal de benzeno no ar (08 ppm-parte por milhão) nada menos que 16 vezes em um só dia, com registros de até 3245 ppm. Diante desta situação, os próprios trabalhadores decidiram tomar em suas mãos o combate às intoxicações. Segundo o publicado na imprensa, os trabalhadores da coqueria decidiram paralisar suas atividades e evacuar os locais atingidos pelos vazamentos, enquanto a empresa não garantisse o controle da quantidade de benzeno no ar.

Mesmo diante desta manifestação de combatividade, as denúncias de no-

vos vazamentos e intoxicações continuaram a se suceder: em julho, o Sindicato divulgou a existência de vários pontos de vazamento na aciaria da Cosipa. No mesmo mês, técnicos da FUNDACENTRO (órgão de pesquisas do Ministério do Trabalho) divulgaram laudo, dando conta da intoxicação de 20 trabalhadores da empresa Enesa, que presta serviços como empreiteira à Cosipa. Estes trabalhadores haviam sido intoxicados pela tinta P7, produzida a partir da escória dos altos fornos da Cosipa. No mês seguinte, novas denúncias foram formuladas pelo Sindicato: as baterias 3 e 4 da coqueria estavam sendo fechadas manualmente pelos trabalhadores, por falta de manutenção, envolvendo-os em verdadeiras nuvens de benzeno. O Sindicato denunciou também o corte realizado pela empresa no número de funcionários do setor de manutenção.

De março até agosto, mais 51 trabalhadores haviam sido afastados pelo INPS, com leucopenia comprovada e 432 outros continuaram sob observação.

Neste momento, uma mudança na política da direção da Cosipa se operou. O novo presidente da empresa estatal, Antonio Maria Claret Reis, nomeado em abril, pelo Governador de São Paulo, veio a público "admitir", pela primeira vez, a existência e gravidade do problema das contaminações. Ao mesmo tempo, nomeou uma equipe de pesquisadores, formada pela médica hematologista da Faculdade de Medicina da USP, Terezinha Verrastro Almeida e pelo especialista em questões toxicológicas, Renê Mendes, da UNICAMP, para avaliar as condições de saúde dos trabalhadores da Cosipa.

O resultado do trabalho destes pesquisadores foi divulgado em setembro. Segundo eles, o problema de intoxicação dos trabalhadores da Cosipa estava "estritamente ligado à exposição ao gás da coqueria, contendo altos teores de óleos leves", os quais não estavam sendo removidos, por inexistir sistemas de tratamento em duas das 5 baterias - as de número 4 e 5 - e por estarem os sistemas existentes em péssimo estado de conservação. O relatório afirmou também que havia uma "universalidade na distribuição dos casos" de leucopenia dentro da Usina, afastando completamente qualquer es-



A. Tribuna/Santos

peculação sobre prevalência em função de sexo, idade ou lugar de moradia.

Premida pela pressão dos trabalhadores, de um lado, que passaram a exigir a interdição imediata dos setores onde os vazamentos eram mais críticos e, por outro lado, pela ameaça de medidas mais enérgicas por parte da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que considerava a possibilidade de determinar a redução da jornada de trabalho na coqueria, a direção da Cosipa apresentou um novo plano de reforma das suas instalações, que, segundo ela, deveria começar a ser implementado a partir de novembro de 85 e duraria até junho de 1987. Novamente os trabalhadores vieram a público para manifestar seu descontentamento, considerando "inaceitável" o prazo de dois anos para solução do problema.

O crescimento do número de leucopênicos na Cosipa acabou por colocar mais uma questão: de quem é a responsabilidade pelas intoxicações? Segundo um médico da empresa, com 22 anos de serviço no Depto. Médico da Cosipa, em declaração ao Jornal O Estado de São Paulo (12/09/85), desde 1981 a empresa já tinha conhecimento do problema da leucopenia, através de um estudo entregue pela Fundacentro, que afirmava: "o problema de exposição dos trabalhadores a agentes químicos (benzeno e outros gases) é uma realidade e encontra-se em total descontrole...". Na época, o Brasil era o 20º produtor de aço do mundo, sendo que a Cosipa havia instalado, há apenas 5 anos, sua quarta bateria de coque. Em 1985, o Brasil atingiu a posição de 8º produtor de aço do mundo, com a Cosipa já contando com cinco baterias, tendo a quinta sido inaugurada em 1983.

Estas baterias, de número de 4 e 5, no entanto, foram instaladas e colocadas em funcionamento *sem os sistemas de extração de gases*, os quais existiam nas baterias de número 1, 2 e 3, instaladas em 1964.

Segundo Antonio Maria Claret Reis, presidente da Cosipa e funcionário da empresa há 16 anos, a inexistência destes sistemas de segurança se deveu à política da empresa de aumentar constantemente a produção, aproveitando os gases produzidos pelas baterias de coque como fonte energética para outros setores da Siderúrgica. A distribuição dos gases pelas seções passou a ser feita através de tubulações, que, no decorrer dos anos, rece-

beram pouca ou nenhuma manutenção e que não contavam com dispositivos de segurança para evitar vazamentos. Desta forma é que a contaminação pelo benzeno acabou se espalhando por toda a Cosipa.

A revelação inédita das reais causas das intoxicações repercutiu enormemente no meio médico. A Associação Médica brasileira (AMB), a Associação Paulista de Medicina (APM) e a Associação dos Médicos de Santos se posicionaram publicamente, em uma mesa-redonda promovida em agosto, exigindo a solução imediata para os vazamentos e a apuração das responsabilidades pela exposição dos trabalhadores.

Mesmo assim e apesar de todos os estudos e vistorias realizados na Cosipa nos últimos 2 anos terem indicado claramente a necessidade de providências *urgentes* para resguardar a saúde dos trabalhadores, até o final de 85 nenhuma providência prática havia sido tomada. Um grupo interinstitucional, criado em agosto, com objetivo de elaborar um plano de controle médico dos leucopênicos e propor medidas de prevenção de novos casos de intoxicação (formado por representantes da DRT, SRT, Fundacentro, Secretaria de Saúde do Estado, Centro de Vigilância Epidemiológica, DRS de Santos, CETESB e Sindicato dos Metalúrgicos), chegou a propor a redução da jornada de trabalho, de cerca de 3.000 trabalhadores, para 4 a 6 horas por dia, como forma de diminuir a exposição aos vazamentos. Porém, como esta medida interferiria na produtividade da empresa, a DRT voltou atrás na posição, levando a crer que houve interferência direta de altos escalões do Ministério do Trabalho. Com isso, a medida ainda não chegou a ser colocada em prática.

Descobertos casos de leucopenia fora da Cosipa

A evolução dos acontecimentos em 1985, com a descoberta não de dezenas, mas de centenas de casos de leucopenia na Cosipa, repercutiu também na população de Cubatão. O benzeno é apenas uma das substâncias que reconhecidamente causam a leucopenia e, em Cubatão, ele é encontrado no ar atmosférico misturado com um número até hoje desconhecido de outros gases e resíduos. Assim tinha-se como certo o surgimento de casos de leucop-



Depósito de BHC da Matarazzo

nia nos moradores da cidade. E foi o que aconteceu.

Em meados de maio, médicos ligados ao movimento sindical denunciaram que diversas empresas de Cubatão estavam realizando exames de sangue nos jovens que se candidatavam à emprego e que os resultados encontrados estavam sendo assustadores: grande parte deles está sendo rejeitada por apresentarem sinais de *leucopenia* no sangue, mesmo sem nunca terem trabalhado na Cosipa e, às vezes, nem serem de Cubatão. A notícia foi confirmada pelo Diretor do Centro de Saúde de Cubatão, Vandejacson Bezerra e por uma médica hematologista do Hospital Beneficência Portuguesa de Santos, a qual também informou que só naquele hospital já haviam sido detectados 29 casos de leucopenia, em exames de laboratório realizados com pessoas de vários pontos do litoral santista.

Cinco meses após estas denúncias, foi feita uma nova revelação. Nove atletas que frequentavam o Centro Esportivo de Cubatão, situado a 1 Km da Refinaria Presidente Bernardes, estavam com leucopenia, sendo que 15 outros estavam sob suspeita. A CETESB realizou um monitoramento no ar das imediações da refinaria, mas não constatou a presença de benzeno, apesar de moradores e a própria DRS de Santos terem informado que, no dia anunciado para a medição, o cheiro forte que existia na região "mistériosamente desapareceu".

Após estes casos, a Secretaria Municipal de Saúde de Cubatão e a Secretaria Estadual de Saúde anunciaram o início de uma pesquisa epidemiológica na região de Cubatão e da Baixada Santista, para tentar descobrir a causa do aparecimento de leucopenia entre a população. Estas pesquisas, no entanto, demorarão, em vista da notória falta de recursos que cronicamente assola os serviços de saúde.

Cinquenta casos de leucopenia em Volta Redonda

Um levantamento preliminar realizado pelo serviço médico do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, no mês de maio, descobriu a existência de 25 trabalhadores na Companhia Siderúrgica Nacional intoxicados pelo benzeno e já apresentando sintomas de leucopenia. Preocupado com a possível repetição do caso Cosipa, onde aos poucos foram descobertos mais de 500 casos, o Sindicato começou a realizar exames de sangue sistemáticos nos operários da CSN e contactou, até o final do ano, um total de 50 casos de leucopenia.

Porém, ao contrário do que aconteceu na Cosipa, a CSN não afastou estes trabalhadores para tratamento médico, mas apenas os transferiu para outros setores, dificultando a mobilização. Curiosamente, a declaração do presidente da Comissão de Meio Am-

biente da empresa, Gal. Odir Pontes Vieira, quando foram denunciados os primeiros casos na CSN, repetiu quase integralmente o discurso da direção da Cosipa, em 1983, quando os primeiros 12 leucopênicos foram descobertos: segundo ele, a "empresa mantém rigoroso controle da saúde dos trabalhadores..."

O caso Matarazzo: um exemplo de atuação confusa do Estado

Após denúncias do Sindicato dos Trabalhadores Químicos do ABC, sobre a existência de 15 casos de intoxicação por benzeno na fábrica de BHC das indústrias Matarazzo de São Caetano do Sul, foi realizada, no dia 15 de outubro de 85, uma vistoria-surpresa nas dependências desta fábrica, por uma equipe de técnicos da DRT de São Paulo, do Depto. Regional de Saúde do ABC, do Centro de Saúde e do Instituto Adolpho Lutz de São Caetano. Nesta vistoria, os técnicos constataram a existência de 5 trabalhadores com leucopenia, afastados da produção pela empresa sem comunicar ao INPS e a existência de diversos vazamentos e irregularidades nos equipamentos que produzem o BHC, contaminando todo o setor, (onde trabalham 60 operários), e possivelmente estendendo a contaminação às imediações da fábrica.

A atuação da DRT, no início, deste caso foi incisiva: deu prazo de 10 dias para que a empresa corrigisse as irregularidades e apresentasse um plano de controle médico e ambiental da fábrica de BHC. Após 8 dias realizou nova fiscalização, para ver quais as medidas que já haviam sido tomadas. Esta nova fiscalização constatou que os vazamentos continuavam e que a concentração de benzeno no ar, em alguns pontos, chegava a 1.000 ppm, muito acima do limite de tolerância legal (8 ppm).

Em função da inércia da empresa em apresentar os planos de controle a curto e médio prazos e do perigo de haver novas intoxicações, (também agora pelo próprio BHC), a DRT decidiu interditar a fábrica, no dia 30 de outubro, até que a Matarazzo adotasse as recomendações feitas no laudo de interdição, o qual, além das irregularidades acima, também constatava existência de um depósito a céu aberto de resíduos de BHC, com mais de 2.000 toneladas do produto, que contaminava toda a vizinhança.

A interdição na fábrica durou de 30 de outubro a 9 de janeiro, quando esta foi autorizada a funcionar "em estado precário". Na verdade, não foi suspensa a pena de interdição, mas revogada "na prática" a medida anterior, com base em um laudo fornecido em dezembro pela FUNDACENTRO e assinado em conjunto pela Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho

da DRT. Este laudo só veio a público em janeiro, quando da "desinterdição" e apresentou muitos pontos obscuros. Procurado pela imprensa, o então superintendente da FUNDACENTRO (demitido dia 23 de dezembro) Luis Carlos Morrone, confirmou que havia pessoalmente assinado o laudo, apesar de ter conhecimento de várias irregularidades ainda não sanadas e que "acreditava que a empresa fosse tomar providências". Quanto do ato de "desinterdição", Morrone afirmou que este havia sido autorizado mediante intervenção direta do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Pazzianotto, um dia após estas declarações, negou que tivesse exercido qualquer "pressão" para que a Matarazzo fosse "desinterditada", mas confessou que a interdição havia criado uma "situação difícil" e que, em reuniões realizadas com representantes da empresa, teria ficado decidido que a fábrica seria "reativada cuidadosamente, para que a DRT pudesse acompanhar as medidas tomadas..."

O obscuro de toda esta história é que o Delegado Regional do Trabalho, Carlos José Stein, mesmo negando que tivesse recebido "pressão" da cúpula do Ministério do Trabalho, afirmou, no mesmo dia que o Ministro, que a Matarazzo "mentiu ao dizer que já estava em fase de modificação o setor de BHC" e que ela tão somente apresentou um plano de modificação com prazo de 1 ano.

Em meio a mentiras e desmentidos, sabe-se com certeza que 30 dos 60 trabalhadores do setor de BHC estão com leucopenia e que a Matarazzo fez de tudo para dificultar o reconhecimento destes trabalhadores como *doentes do trabalho*, se recusando, inclusive, a enviar as devidas comunicações ao INPS, o que lhes daria direito a receber salário integral durante o período de afastamento.

Sabe-se também que a empresa escondeu dos trabalhadores o resultado dos exames de sangue que apontaram a leucopenia; eles só ficaram sabendo que doença tinham e qual sua causa graças ao Programa de Saúde dos Trabalhadores Químicos do ABC, dirigido em co-gestão pelo Sindicato e pelos órgãos estaduais e municipais de saúde. Existe, inclusive, um inquérito policial (acompanhado pelo setor de acidentes do trabalho do Ministério Público do Estado) para apurar a responsabilidade do setor de segurança da empresa, pela ocorrência das intoxicações.

Sabe-se, por fim, que a fábrica de BHC da Matarazzo já vinha colecionando autos de infração e multas da CETESB desde 1980 e que a armazenagem a céu aberto de 2.000 toneladas de resíduos já era conhecida desde 3 de fevereiro de 1984, só voltando a ser "redescoberta" pela fiscalização dia 9 de janeiro de 1986, na quarta vistoria realizada na fábrica em quatro meses.



Vítimas de Vila Socó são indenizadas

Fato inédito no Brasil, a Petrobrás foi condenada a indenizar as vítimas e familiares dos mortos na tragédia de Vila Socó, onde quatrocentos barracos foram queimados em uma noite e 93 pessoas foram dadas como mortas (suspeita-se de muito mais), em consequência de um vazamento em um dos dutos da empresa, em Cubatão.

Graças a própria organização das vítimas, que fundaram uma União de Moradores, e a atuação enérgica do Ministério Público, que deslocou uma equipe de promotores para Cubatão, especialmente para assistir às vítimas durante todo o processo, a Petrobrás foi obrigada a reconhecer sua culpa pelo ocorrido (o que vinha se recusando a fazer) e realizar acordos judiciais no valor de 4,6 bilhões de cruzeiros.

Apesar de que dinheiro nenhum vai restituir a vida aos trabalhadores mortos, está é uma conquista importante que, junto com o dinheiro liberado também pela Petrobrás para reconstruir as moradias destruídas (152 mil UPCs), demonstra a possibilidade de se responsabilizar as empresas por tais acidentes, fazendo com que estas pensem duas vezes antes de expor os trabalhadores e a população a riscos desnecessários.

Pena que para isto fosse necessário esperar um desastre de tamanhas proporções...

Mineiros de Urussanga são lembrados

A Prefeitura de Criciúma (SC) anunciou que vai erigir um monumento na cidade, em memória dos mineiros mortos no desabamento da mina de Urussanga, em setembro de 84. Esta homenagem aos 31 trabalhadores, vítimas das más condições de trabalho na mina, é mais do que justa, assim como o culto que vem sendo celebrado todo dia 10 de cada mês, em memória aos companheiros, pela CUT-Regional de Santa Catarina.

Porém, mais importante do que isso, é lutar para que novos acidentes deste tipo nunca mais venham a acontecer. Nem abaixo, nem acima do solo, os trabalhadores devem ser obrigados a expor sua vida e sua saúde.

Galvanoplastia adoece 69 trabalhadores em Osasco

Um levantamento realizado pela FUNDACENTRO (órgão técnico vinculado ao Ministério do Trabalho), a pedido do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em 9 das 12 galvanoplastias instaladas no Município, descobriu que 69 trabalhadores (29% dos examinados) destas empresas estão contaminados pelo ácido crônico despreendido pelo processo de galvanização, apresentando desde exulceração (aparecimento de feridas) na cartilagem interna do nariz até perfuração do septo nasal.

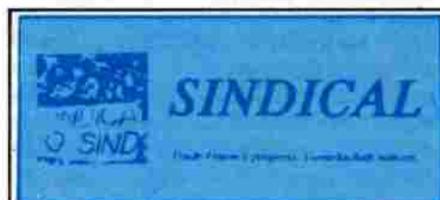
Além destes problemas, o Sindicato denunciou, em carta enviada às entidades sindicais, que também foi constatado contrato direto destes trabalhadores com Cromo e Níquel (materiais que favorecem o aparecimento de câncer) e menuseio sem nenhum cuida-



S. Metalúrgicos de Osasco

do técnico de Cianeto (que se incorretamente usado pode levar à morte).

Conclui a carta: "Muitas mortes poderão ser evitadas e a saúde dos empregados poderá ser preservada se houver um "tratamento de choque", ou seja, se as entidades sindicais se lançarem decisivamente em cima do problema...".



Salto cria Intersindical

Foi criada, dia 13 de novembro, a Intersindical da cidade de Salto (SP), reunindo os sindicatos de Abrasivos, Químicos, Imobiliários, Metalúrgicos e de Papel e Papelão, a qual vai unificar a luta destas categorias através de uma série de bandeiras de luta: redução da jornada de trabalho, aumento real, melhores condições de trabalho e saúde para todos os trabalhadores.

É a primeira vez que uma intersindical, logo na sua fundação, coloca as reivindicações de saúde no mesmo patamar que as reivindicações econômicas. E isto não é por acaso: a exemplo do Programa de Saúde dos Trabalhadores Químicos do ABC, os sindicatos de Salto também desenvolvem um programa de saúde, através do qual os trabalhadores passaram a ser atendidos pelo Centro de Saúde do Município, sendo que os problemas constatados, que tenham ligação com as condições de trabalho, passaram a ser informados aos sindicatos, de forma que estes pudessem exigir o afastamento dos trabalhadores dos lugares nocivos à saúde, dentro das fábricas, e a modificação das condições insalubres existentes.

Com o desenvolvimento deste programa e, agora, a criação da Intersindical, espera-se que o exemplo de Salto, do ABC e de outros sindicatos e regiões sirva para motivar o movi-

mento sindical para a importância desta luta. O DIESAT, enquanto órgão de assessoria e pesquisa de saúde, a serviço do movimento sindical, saúda mais esta iniciativa e se coloca a disposição dos companheiros de Salto e de outras cidades para apoiar este trabalho.

Récorde de Acidentes denunciado em Sergipe

Segundo o boletim "O TATU", órgão da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Minerais não Metálicos, de Sergipe (APEMISE), o mês de outubro foi um dos piores em termos de segurança do trabalho para esta categoria: neste mês ocorreram nada menos que 29 acidentes na Usina da Petromisa, concessionária que atua nas proximidades de Aracaju. Diz o boletim que a empresa, além de não atender para as normas de segurança do trabalho, ainda recusa transporte a trabalhadores acidentados das empreiteiras que prestam serviços à Usina.

A categoria dos trabalhadores em mineração tradicionalmente é submetida a severas condições de trabalho, sendo considerada uma das profissões mais perigosas em todo o mundo. A tragédia de Urussanga, em Santa Catarina, em setembro de 84, quando morreram mais de 30 trabalhadores, soterrados com a explosão de uma galeria, foi o mais recente exemplo do que pode acontecer quando há qualquer descuido por parte das empresas em termos de segurança do trabalho. Assim como agora, em Sergipe, também em Urussanga, antes do grande acidente, os trabalhadores haviam denunciado as péssimas condições de trabalho.